MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

LEI N.º 545

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É confirmado o decreto n.º 2:352, de 20 de Abril de 1916, sobre fiscalização e censura da correspondência postal e telegráfica, ficando assim suspenso durante o estado de guerra o n.º 28.º do artigo 3.º da Constituição Política da República Portuguesa.

Art. 2.º É autorizado o Governo a abrir os créditos necessários para a execução desta lei, com dispensa do preceituado no artigo 6.º da lei de 29 de Abril de 1913.

Art. 3.º O artigo 3.º do decreto n.º 2:353, de 20 de Abril de 1916, é substituído pelo seguinte: «a correspondência apreendida nos termos do artigo anterior será arquivada».

§ único. Se a dita correspondência contiver quaisquer títulos ou valores, ficarão estes sujeitos ao regime estabelecido na alínea b) do artigo 41.º da organização dos correios e telégrafos de 24 de Maio de 1911.

Art. 4.º É revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e os Ministros de todas as Repartições a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 20 de Maio de 1916.—*Bernardino Machado*—*António José de Almeida*—*António Pereira Reis*—*Luis de Mesquita Carvalho*—*Afonso Costa*—*José Mendes Ribeiro Norton de Matos*—*Vitor Hugo de Azevedo Coutinho*—*Augusto Luis Vieira Soares*—*Francisco José Fernandes Costa*—*Joaquim Pedro Martins*—*António Maria da Silva*.

Caminhos de Ferro do Estado

Conselho de Administração

PORTARIA N.º 674

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, conceder aos sócios alunos da Caixa Escolar do Liceu de Passos Manuel bilhetes de identidade dos Caminhos de Ferro do Estado, cuja apresentação nas bilheteiras dos mesmos caminhos de ferro lhes dê direito à redução de 50 por cento sobre os preços de 2.ª classe das tarifas gerais, sob as seguintes condições:

1.ª Os bilhetes de identidade serão anuais, conterão o nome e naturalidade do portador, a designação do seu número de matrícula naquela associação, e serão autenticados com o retrato e assinatura do indivíduo a quem é concedido;

2.ª Estes bilhetes terão um número de ordem, a assinatura do presidente da associação e um selo, tanto da Secretaria daquele Liceu como da associação, que autenticquem aquelas assinaturas;

3.ª Os portadores destes bilhetes são obrigados a comprovar a sua frequência no referido Liceu com atestados trimestrais passados pelo mesmo Liceu.

Paços do Governo da República, 20 de Maio de 1916.—O Ministro do Trabalho e Previdência Social, *António Maria da Silva*.